



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

Turismo de Base Comunitária: O gente indutor e as experiências do Ministério do Turismo (Edital 001/2008)

THAIS DO NASCIMENTO SILVA

thaisnascimentox@gmail.com

MARIANA CAVALCANTI FALCÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

marianafalcao.ufpe@gmail.com

CARLA PASA GOMEZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

carlapasagomez@gmail.com

LUISA CHEREM DE ARAUJO PEREIRA

luisacherem@hotmail.com

Turismo de Base Comunitária: O agente indutor e as experiências do Ministério do Turismo (Edital 001/2008)

Resumo

Este artigo teve como objetivo identificar a relação entre a presença do agente (s) indutor (es) com a continuidade das experiências de Turismo de Base Comunitária (TBC) que foram contempladas pelo edital (001/2008) do Ministério do Turismo (MTur) de fomento a iniciativas associadas a atividade turística. Os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo foram a pesquisa bibliográfica e documental que possibilitaram elencar as iniciativas de TBC selecionadas no âmbito deste edital, e posteriormente, a pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas e aplicação de um questionário de natureza qualitativa, junto aos coordenadores e/ou responsáveis por estas iniciativas de TBC. Dentre os principais resultados deste estudo verificou-se a continuidade de boa parte das experiências de TBC contempladas pelo edital do MTur, bem como a dependência dos agentes indutores para a continuidade das mesmas.

Palavras-Chave: Turismo de Base Comunitária. Agente indutor. Ministério do Turismo.

Abstract

This research aims to identify the relationship of the presence of agent (s) inducer (s) with the continuity of experiences of Community Based Tourism (CBT) which were covered by the 2008 edictal, of the Ministry of Tourism (Tourism Ministry) to promote the initiatives related to tourism. The methodological procedures adopted for this study were bibliographic and documentary research that made it possible to list the TBC initiatives selected as part of this edictal, and later, the field survey conducted through qualitative interviews and a questionnaire, directed to coordinators or responsible for these CBT experiences. Among the main results of this study there is the continuation of much of the experiences of CBT, contemplated by the Tourism Ministry's edictal, and the dependence of inducing agents for the continuation of these experiences.

Keywords: Community Based Tourism. Inducing agent. Ministry of Tourism.

1. Introdução

As preocupações em torno da problemática socioambiental, posto que as questões sociais e ambientais são indissociáveis, assim como a forma como os seres humanos se relacionam com a natureza, instigam e integram o interesse pelo estudo do tema para muitos pesquisadores. O aumento descontrolado da destrutividade ambiental, revela que cada vez mais a relação homem *versus* natureza é um problema de âmbito mundial e deve sim ser observado e estudado, dado que a ofensiva do capital sobre os recursos naturais tem impactado cada vez mais as condições e o modo de vida das populações.

O turismo é reconhecido como importante gerador de renda e de trabalho, e pode ser entendido como possibilitador na diminuição da desigualdade regional e social, além de ser caracterizado como mecanismo de inclusão e transformador socioambiental (IRVING, 2009).

No entanto, o aumento desordenado da degradação ambiental, assim como a reprodução do turismo massificado aliado à falta de planejamento e a desorganização pode ser considerado uma anomalia de um modelo de turismo “mal desenvolvido”, onde predomina a desigualdade da distribuição de riquezas, reforçando as diferenças sociais, além de gerar grandes impactos ambientais nocivos (SACHS, 2002). Esse cenário revela que cada vez mais a relação homem *versus* natureza é um problema de âmbito mundial e deve sim ser observado e estudado, dado que a ofensiva do capital sobre os recursos naturais tem impactado cada vez mais as condições e o modo de vida das populações.

Diante da notória incapacidade de manter seu ritmo acelerado e nocivo, surge a necessidade de novos mercados turísticos para atender às novas necessidades e contextos atuais. A partir desta realidade, e dos questionamentos acerca do turismo em massa, o discurso sobre a experiência do turismo sustentável demonstra não ser apenas inovador, mas também fundamental.

Assim o Turismo de Base Comunitária (TBC) emergiu no cenário mundial, com destaque para as experiências na América Latina, na África do Leste e do Sul e, na Ásia. Desde então, o TBC passou a ser utilizado como forma de definir um novo modo de organização da atividade turística, caracterizado por ações em pequenas escalas, e que são protagonizados pelas comunidades locais.

Para Sampaio (2014) o TBC é considerado um gerador de benefícios para as comunidades que praticam o turismo comunitário, criando oportunidades de empregos e renda para todos que fazem parte desse entorno, além de conservar os recursos naturais e desenvolver regiões muitas vezes marginalizadas e esquecidas pelo poder público.

No Brasil, por volta de meados dos anos 1990, teve início um movimento entre estudiosos e pesquisadores de diferentes regiões do país, que se mobilizaram no sentido de promover discussões sobre o TBC, e levaram o tema para ser debatido no I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), que ocorreu em maio de 1997. A partir desse encontro, foram criadas redes não formais de pesquisa em turismo, e ainda, foi evidenciado a necessidade da criação de políticas públicas de turismo voltadas para o desenvolvimento local e inclusão social (IRVING, 2009).

Com a pertinência das discussões relativas ao desenvolvimento local por meio da atividade turística, o Ministério do Turismo (MTur), lançou em 2008 um edital de apoio a iniciativas de TBC em âmbito nacional. Além de representar um importante marco para o turismo comunitário no Brasil, o edital reforçava a necessidade do direcionamento de políticas públicas para o fomento da atividade turística no país.

Em muitas experiências turísticas de TBC apoiadas pelo Mtur do edital aqui referenciado, a presença do agente indutor nos projetos se apresentou como uma característica comum na grande maioria. Entende-se como agentes indutores, os

indivíduos, grupos e/ou organizações como ONG's, organizações do turismo, associações, cooperativas, universidades, poder público, dentre outros, externos às comunidades que desenvolvem iniciativas sociais e que muitas vezes são os responsáveis pela captação de recursos ou financiamento dos projetos.

Nessa perspectiva, evidencia-se a relevância da relação entre o agente indutor e as experiências de turismo comunitário já que em alguns casos investigados no presente artigo, identificou-se que a presença do agente indutor pode representar muitas vezes o sucesso ou o fracasso dessas experiências. Este artigo considera como sucesso, a continuidade das experiências de TBC, uma vez que a não consolidação dessas experiências têm sido apontada como um aspecto limitador da atividade. Quanto ao fracasso, no presente trabalho é entendido como a não continuidade dessas experiências e iniciativas com projetos no turismo comunitário.

Estudos realizados previamente por Nascimento e Gómez (2016) demonstram que dentre as iniciativas de TBC que receberam recursos financeiros do MTur, algumas delas não conseguiram se manter em atividade e declinaram. Mielke (2011) apresenta em sua pesquisa, dados de um estudo da *Rainforest Alliance and Conservation International*, que analisa 200 projetos no continente Americano que revela uma taxa de ocupação média de apenas 5% dos meios de hospedagens gerenciados pelas comunidades. Dados como esses apontam dificuldades cruciais relativas ao desenvolvimento do TBC, como o baixo acesso ao mercado e a governança incipiente. Mitchell e Muckosy (2008, p.2) corroboram, quando discutem que “o mais provável resultado para uma iniciativa em TBC é que o projeto seja insustentável após o término do período de financiamento”.

Assim, no intuito de explorar e analisar a problemática aqui apresentada, esse artigo se propõe a responder a seguinte questão de pesquisa: “Qual a relação entre a presença do agente indutor e a continuidade das experiências de TBC que receberam o financiamento do edital Mtur/2008?”

Esse artigo está organizado da seguinte forma: A sessão atual apresenta as considerações introdutórias, a relevância do trabalho e o problema de pesquisa a ser tratado. A sessão seguinte vai detalhar as referências teóricas apresentando os principais fundamentos conceituais sobre o TBC, o Edital MTUR, os agente indutores e a sua relação no TBC. As considerações metodológicas para a elaboração desta pesquisa baseiam-se em uma abordagem descritiva de caráter qualitativo. A partir da seleção das experiências de TBC apoiadas pelo MTUR, foram realizadas entrevistas e aplicação de um questionário estruturado, que posteriormente foram analisados tomando como base a análise de conteúdo categorial proposta por Bardin (2009). Por fim, serão apresentados as análises dos resultados, as conclusões e considerações finais, assim como as limitações do estudo e propostas para novos trabalhos na área e apontar as principais dificuldades para a consolidação das experiências de TBC.

2. Revisão Bibliográfica

2.1 Aspectos conceituais do Turismo de Base Comunitária

No que tange à criação do TBC, sob a perspectiva de Coriolano (2012), para compreender a proposta desse novo turismo, são utilizadas nomenclaturas, como: turismo comunitário, turismo solidário, turismo de base local, turismo de economia solidária, turismo alternativo, ecoturismo comunitário, turismo rural comunitário e turismo de base comunitária.

O TBC vem se consolidando como uma alternativa de um turismo diferenciado, que pode ser ambientalmente correto e como uma alternativa viável para a organização do turismo no âmbito local. Segundo Bursztyn (2012) o Turismo de Base Comunitária vem se consolidando no Brasil na última década. Os tipos de iniciativas que o TBC apresenta que antes eram tidas como pouco reais, começaram a se articular de forma mais organizada e sólida, conseguindo então ganhar espaço, credibilidade e apoio para suas ações. Na visão de Hallack, Brugos e Carneiro (2011) em congruência com Sampaio (2005), não há uma definição única para elucidar o TBC, mas entende-se esse constructo como uma experiência turística que visa o desenvolvimento e a sustentabilidade local.

Discorre Fabrino (2013) a partir da relação entre conceitos atribuídos por ONG's, experiências, redes, associações e federações, governo e academia, que a ideia conceitual do TBC perpassa por sete dimensões principais, a saber: 1) Organização/ controle gestão/ participação comunitária; 2) Geração/distribuição de benefícios para a comunidade; 3) Valorização do modo de vida/cultura local; 4) Incorporação da dimensão ambiental; 5) Economia solidária; 6) Integração econômica e 7) Interculturalidade. Assim, a autora elenca as sete dimensões chaves ao desenvolvimento do TBC, que diante dos discursos atribuídos por atores sociais de naturezas distintas como as citadas acima, apresentam características semelhantes, e/ou complementam-se entre si.

Os estudos de Zapata et al (2013) sugerem que o TBC pode acontecer através de duas vias, sendo elas de caráter *top-down*, ou, *bottom-up*. No primeiro caso, a comunidade é induzida a aceitar a prática do TBC a partir da sugestão de algum agente externo à comunidade, como ONGs (Organizações Não Governamentais), OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), instituições governamentais, universidades, entre outras instituições, e esse modelo de desenvolvimento tem apresentado algumas características negativas, que passam por implicações como a não aceitação da comunidade, geração de conflitos internos, baixo índice de consolidação desses destinos. A título de exemplo, a Rede Tucum (Rede Cearense de Turismo Comunitário), é uma ONG que atua na defesa do território de comunidades situadas no litoral do Ceará, e a partir da articulação entre as diversas associações existentes nessas comunidades, foram mapeadas as potencialidades de desenvolvimento do TBC, como uma atividade complementar a renda das famílias.

Já no segundo caso, quando o TBC surge de forma *bottom-up*, de acordo com os autores, há mais chance de consolidação destes destinos, isso porque a comunidade é a principal responsável pelo desenvolvimento da atividade e das tomadas de decisões acerca do que deve ser feito em prol da melhoria e das necessidades dos próprios moradores. A partir da compreensão de que o TBC pode ser desenvolvido com base na perspectiva *top-down/bottom-up*, verifica-se a existência de diferentes modos de participação que variam conforme o nível de envolvimento do agente indutor em relação comunidade.

Segundo estudos realizados por Gómez e Nascimento (2015), preessupõem-se com base nos estudos de Zapata et al (2013) que quando o TBC ocorre de forma *top-down*, há menos chance de consolidação dos destinos e roteiros de TBC, já que, nem sempre os atores locais são envolvidos no processo de desenvolvimento e atuação empírica do turismo comunitário. Por outro lado, quando o TBC nasce de forma espontânea *bottom-up*, a comunidade demonstra um maior nível de envolvimento e participação nos processos relativos ao desenvolvimento do TBC.

No entanto, é importante destacar que a forma de desenvolvimento do TBC vai variar conforme o nível de organização de cada comunidade, e a perspectiva *top-down* apresentada por Zapata et al (2013), pode representar uma alternativa para o

desenvolvimento do TBC, sobretudo naquelas comunidades onde há um baixo nível de capacitação e informação por parte de seus representantes.

Além disso, pode ser observado que muitas vezes durante esse processo de incorporação do TBC às comunidades, essa organização tem sido baseada em modelos teóricos, que muitas vezes não correspondem à realidade social, política, cultural, das comunidades. De acordo com Gascón (2013) a implementação de uma nova atividade como o TBC pode oferecer riscos às comunidades, como a descaracterização do modo de vida local, o comprometimento da participação social no processo de tomada de decisão sobre gestão e utilização de novos recursos, além da reestruturação dos meios de trabalho em função da nova atividade.

Desse modo, corrobora-se com o pensamento de Bartholo Jr. et al (2009) quando este discorre sobre o processo de empoderamento comunitário e aborda a necessidade do desenvolvimento integrado entre os diversos atores sociais envolvidos nesse processo. No entanto, as comunidades apresentam diferentes níveis de empoderamento, estando algumas delas mais engajadas e aptas a realizar tomadas de decisões, enquanto outras ainda se encontram em um estágio de maturidade menos avançado, e por isso, têm mais dificuldades em relação às decisões que dizem respeito ao desenvolvimento de uma atividade como o TBC. Assim, muitas destas comunidades vêm sendo induzidas a aceitar o TBC, tendo como aporte, discursos voltados para o desenvolvimento local e os benefícios econômicos, que muitas vezes, podem acarretar em frustrações e descontentamentos com o TBC.

Nesse sentido, Sahlins (1997) e Irving (2009) (apud Ferreira, 2014) ressaltam que cada comunidade vai planejar e gerir o seu destino com seu modo próprio, sua criatividade em promover soluções para as demandas sociais, ambientais, culturais, econômicas, a partir da sua própria cultura, ou seja, o TBC vai acontecer a partir da interpretação local do turismo.

Bartholo Jr et al (2011) fazem referência a análise de Trevor Sofield (2003, p. 100-101) sobre a importância do empoderamento comunitário e o desenvolvimento do turismo comunitário. Trevor Sofield (2003) em sua análise direciona um posicionamento crítico em relação ao empenho dos especialistas em turismo, que têm induzido algumas comunidades a incorporarem o TBC, ao mesmo tempo em que despendem poucos esforços para levá-las a fazer suas próprias escolhas e assim, desenvolver o empoderamento na comunidade.

Por fim, Fabrino et al (2012) afirmam que o protagonismo comunitário constitui o pilar fundamental na gestão do TBC. Nesse sentido o protagonismo deve ser encarado como uma característica fundamental para desenvolvimento de TBC, tendo em vista a necessidade de que as pessoas sejam atuantes e possam, de fato, participar das decisões acerca da atividade turística na comunidade.

2.2 Caracterização dos agentes indutores do TBC

O desenvolvimento de iniciativas e experiências de TBC podem surgir a partir de uma ação da própria comunidade, ou por meio da indução de algum ator social ou contexto externo. Tais atores externos são considerados nessa pesquisa, como agentes indutores do desenvolvimento do TBC, uma vez que estes, em sua maioria, são os principais responsáveis por levar a comunidade a desenvolver a atividade turística.

Embora não haja uma definição direcionada aos agentes indutores especificamente, neste estudo, eles são caracterizados pelos órgãos de fomento do TBC nas comunidades, e podem ser identificados como: ONG's, organizações do turismo, associações, cooperativas, universidades, poder público, entre outros.

A função destes agentes indutores têm sido fundamental no que tange a viabilização de muitos projetos e iniciativas de TBC, já que, muitas vezes, eles são os principais responsáveis pelo processo de captação de recursos e, ou, financiamento de projetos por meio de editais, como discutido por Fabrino (2013). Além disso, os agentes indutores também atuam no processo de capacitação e formação dos membros das comunidades para a atividade turística, bem como na mediação no caso de uma possível existência de conflitos no âmbito comunitário.

No caso apresentado por Peralta et al (2012) o Instituto Mamirauá considerado um agente indutor externo, desde 1998, vem atuando na RSD Mamirauá, no estado do Amazonas, buscando promover o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária por meio da viabilização do planejamento turístico, da implantação de uma infraestrutura de mínimo impacto, da capacitação pessoal (dos membros das comunidades) para geração de benefícios coletivos e conservação ambiental.

Ao mesmo tempo, Irving (2009) chama atenção para o fato de que os atores externos desempenham a função de induzir o turismo de base comunitária, quando é necessária a motivação endógena, uma vez que sem essa representatividade comunitária uma atividade como o TBC, “certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para este tipo de turismo” (p.112).

É nesse sentido, que alguns autores como a Blackstock (2005) são críticos em relação à presença de agentes externos à comunidade na implementação de atividades como o TBC. Isso porque segundo a autora, nem sempre estes agentes estarão empenhados em direcionar a comunidade no sentido de promover o empoderamento para que elas sejam capazes de tomar suas próprias decisões.

Se por um lado a presença do agente indutor nas iniciativas de TBC pode representar a continuidade dessas experiências, por outro lado, a consequência de sua presença contínua é a relação de dependência que acaba gerando entraves no processo de empoderamento comunitário, e descaracteriza os princípios do TBC.

Para Fabrino (2013, p. 24) “O apoio externo tem se mostrado fundamental no desenvolvimento do TBC, que depende da orientação efetiva de entidades especializadas, como universidades e ONGs.” Em grande parte das experiências de TBC visitadas pela autora no estado do Ceará, os agentes indutores são os principais responsáveis pela captação de recursos, formação, capacitação e implementação do TBC nos destinos.

Apesar de reconhecer a importância da representatividade do agente indutor nestas iniciativas de TBC, é importante destacar a criação de uma dependência por parte de alguns projetos, uma vez que o agente indutor torna-se o principal responsável pelas atividades nos destinos e ou roteiros, enquanto que na realidade a comunidade deveria ser a principal responsável pelo processo de gestão dos destinos.

Tal dependência pode ser justificada a partir do cenário encontrada na maioria das experiências de TBC estudadas, uma vez que estão associadas à realidade de pequenas comunidades, muitas delas isoladas, ou de difícil acesso, e ainda, que apresentam um baixo índice de formação acadêmica por parte de seus moradores.

No estudo realizado por Zapata et al (2013) são apontados alguns efeitos do desenvolvimento de uma iniciativa de TBC induzida a partir de algum ator externo a comunidade (*top-down*), como baixas taxas de empregos e benefícios econômicos, alto índice de mortalidade de projetos de TBC, baixa apropriação

local (por parte dos membros da comunidade) e dependência do conhecimento de atores externos.

A partir desse cenário, é possível compreender as dificuldades enfrentadas por alguns destinos de TBC na sua consolidação, uma vez que, após a saída do agente indutor, muitos destinos não conseguem mais manter as atividades e tendem a declinar. A partir desse ponto, é importante refletir sobre as melhorias que estão sendo atribuídas ao TBC, e até que ponto elas contribuem para o real desenvolvimento local.

2.3 Características do Edital MTur/2008

Partindo do conhecimento da pluralidade de experiências de TBC ao redor do mundo, e tendo como premissa a capacidade da atividade turística de gerar benefícios às comunidades que atuam com projetos de experiência em turismo comunitário, no ano de 2008, o Ministério do Turismo lançou o edital de chamada pública de projetos de nº001/2008, que teve por finalidade fomentar projetos e iniciativas de TBC, tendo em vista a promoção e inserção destes na economia de mercado.

O lançamento deste edital teve como base o fortalecimento de roteiros segmentados, com foco no território para o desenvolvimento local e inclusão social, qualificação, certificação, apoio à produção associada ao turismo e desenvolvimento local/inclusão social.

A figura 01 mostra o cenário de 2008, onde no âmbito do edital do MTur foram selecionadas inicialmente cinquenta propostas de TBC, que tiveram como proponentes órgãos e instituições públicas, entidades do terceiro setor, OSCIP (Organização da sociedade civil de interesse público), associações, cooperativas e universidades.

Figura 01: Mapa das experiências de TBC contempladas pelo edital do MTur



Fonte: Ministério do Turismo (2009)

Dentre os objetivos propostos pelo edital para a seleção e apoio aos projetos de TBC, foram adotadas cinco linhas temáticas, sendo elas: a) Apoio à produção associada

ao turismo; b) Apoio à qualificação profissional; c) Apoio ao planejamento estratégico e organização comunitária; d) Apoio à promoção e comercialização; e) Apoio às ações de fomento e às práticas de economia solidária.

Dado o lançamento do edital, cada instituição promotora poderia apresentar apenas uma proposta, e estas deveriam contemplar ao menos, uma das linhas temáticas descritas anteriormente. Cada projeto selecionado, teve um período de até dezoito meses para sua execução, podendo ser prorrogado mediante solicitação junto ao MTur, caso este considerasse necessário.

Com bases nas informações do MTur (2010), das cinquenta iniciativas selecionadas a princípio no âmbito deste edital, quarenta e cinco delas partiram de organizações sem fins lucrativos e cinco de instituições públicas.

Os responsáveis pelas propostas, que em sua maioria são identificados como agentes indutores do TBC, são representados por indivíduos, grupos e/ou organizações externos às comunidades e desempenham fundamental importância na concretização das ações ligadas ao TBC, uma vez que estes foram os principais encarregados por levar as comunidades a desenvolver atividades ligadas ao turismo, por meio da captação de recursos, qualificação, formação e acompanhamento dos projetos.

3. Metodologia

Este artigo baseou-se em uma abordagem descritiva de caráter qualitativo, tendo em suas etapas e procedimentos: a pesquisa bibliográfica, documental, e como coleta de dados utilizou entrevistas semi estruturadas e aplicação de questionários.

De acordo com Gil (2010, p.42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis”.

Por sua vez, a pesquisa qualitativa segundo Oliveira (2005, p.66) “pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem mensuração quantitativa de características ou comportamento”.

A abordagem qualitativa é representada tanto no que se refere a seção da coleta quanto para seção das análises dos dados. A perspectiva adotada, de caráter qualitativo, não tem o enfoque na generalização dos resultados, mas concentra seu método na preocupação a compreensão de um grupo social, uma organização, uma instituição, uma política ou de uma representação (SOUZA E ZIONI, 2003). Convergente a essa ideia, Minayo (1992) entende que a pesquisa qualitativa se aprofunda e busca compreender questões muito específicas, e portanto, não podem ser quantificadas e sim analisadas em sua profundidade e particularidade.

A pesquisa bibliográfica de acordo com Lima e Miotto (2007, p.38) “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objetivo do estudo”. Por meio da pesquisa bibliográfica, construiu-se o referencial teórico presente nesse estudo, com a finalidade de elencar características do TBC presentes na literatura.

Para Fachin (2001, p.152) a pesquisa documental “consiste na coleta, classificação, seleção difusa e na utilização de toda espécie de informações [...] podem ser considerados como os documentos oficiais, como editoriais, leis, atas, relatórios, ofícios, ordem régia etc”.

Como procedimento de realização deste estudo, foi adotada a pesquisa de campo, que de acordo com Fuzzi (2010) está relacionada à observação dos fenômenos da forma como eles acontecem em relação à coleta de dados, análise e interpretação

destes, com base na construção de uma sólida fundamentação teórica que possa contribuir para o entendimento da problemática adotada na pesquisa.

Para a obtenção dos dados dessa pesquisa, contactou-se os responsáveis pelo encaminhamento das propostas de TBC ao MTur em cada região do país, que foram identificados a partir dos dados das publicações do Instituto Virtual de Turismo (IVT) e também do MTur (2009).

A coleta dos dados primários foi direcionada aos sujeitos representativos (coordenadores ou responsáveis) das experiências de TBC contempladas pelo edital, por meio de aplicação de questionários de natureza qualitativa contendo perguntas semi estruturadas e entrevistas.

Das cinquenta iniciativas de TBC selecionadas pelo edital, contactou-se os responsáveis por trinta e quatro dessas, porém, apenas vinte e cinco deles deram retorno. Com a seleção das experiências delimitadas, nos direcionamos a entrevistar os responsáveis e/ou coordenadores dos projetos de TBC, para identificar quais iniciativas ainda se encontravam em atividade mesmo após o término do período de financiamento.

Na realização da coleta de dados foram realizadas sete entrevistas por telefone e a aplicação de dezoito questionários, totalizando vinte e cinco experiências de TBC. Destas vinte e cinco, quatro disseram não ter conseguido formalizar o convênio com o MTur, e portanto, não receberam recursos; outras três não conseguiram fornecer os dados suficientes para a pesquisa, e desse modo foram desconsideradas nesta pesquisa; enquanto dezoito responderam adequadamente o questionário e foram analisadas.

Posteriormente ao procedimento da coleta de dados, estes foram tratados e analisados por meio da análise de conteúdo de acordo com Bardin (2009). Do total de vinte e cinco entrevistas e questionários aplicados neste artigo, dezoito responderam adequadamente e foi identificado que destas, apenas treze se encontram em atividade.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

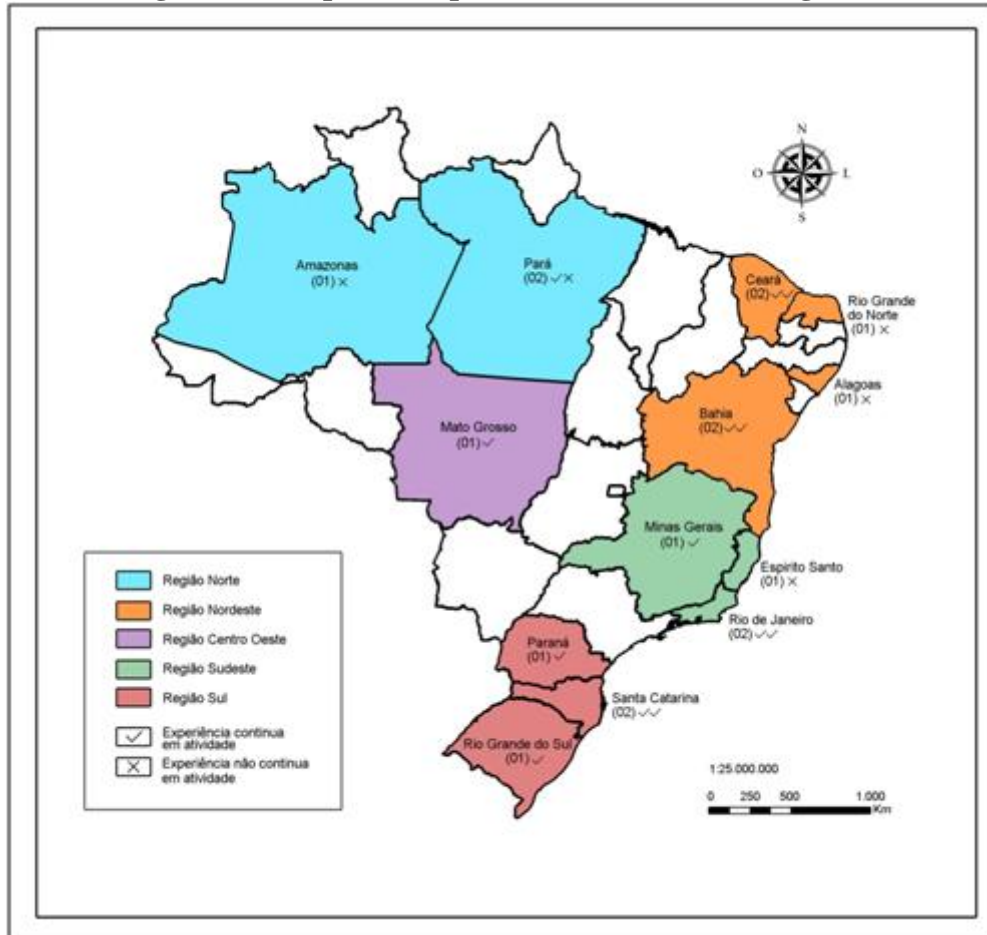
Durante a investigação do presente artigo foram realizados contatos com os responsáveis de quatro iniciativas de TBC que disseram não ter formalizado o convênio com o MTur, a saber: 1) Associação dos Condutores e Visitantes de Lençóis - BA, 2) Projeto de potencialização do turismo de bases comunitária em Porto de Galinhas - PE, 3) Valorização da cultura popular para o turismo em Pirenópolis – GO; e 4) Tecendo Redes de Turismo Solidário - RJ.

Em relação aos entraves para a celebração do convênio entre as comunidades e o MTur, foram identificados problemas como: pendências com o SICONV (Sistema de Convênios), irregularidades das instituições proponentes junto ao MTur, e ainda, dificuldades das próprias comunidades em atender às exigências propostas pelo edital.

Além dessas informações, também foram identificadas as experiências de TBC que receberam os recursos do MTur e que, passado oito anos do lançamento do edital, continuam em atividade, assim como as que não continuam.

Logo a seguir, na figura (01) encontra-se o cenário dessa pesquisa, onde foram investigadas o total de dezoito experiências de TBC em treze estados das cinco regiões do país.

Figura 01: Mapa das experiências de TBC investigadas



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A representação do número de experiências analisadas em cada estado segue no mapa dentro de um parêntese, e a identificação da continuidade, ou não, dessas experiências seguem representadas por um sinal de visto, para aquelas que se mantém em atividade e um X para aquelas que não continuam desenvolvendo o TBC.

No quadro (01) têm-se informações referentes às dezoito experiências de TBC que foram investigadas nesse estudo e como já foi apontado na figura acima (01), os símbolos representam a continuidade, ou não, dessas experiências.

As informações referentes a esses dados representam uma importância fundamental para este estudo, uma vez que além de estarem alinhados com os objetivos propostos inicialmente, eles possibilitam uma visão geral das experiências de TBC no Brasil.

Quadro 01: Experiências de TBC investigadas

Identificação	Projeto de TBC/ Localidade	Status
01	Tramas em Riacho Doce (Maceió, AL.)	X
02	Ações Prioritárias para a Organização e inserção Comunitária na Implantação e Gestão de Atividades Ecoturísticas no Complexo Estuarino do Cassurubá; (Caravelas, BA.)	✓

03	Projeto Trilhas Griôs de Lençóis; (Lençóis, BA.)	✓
04	Turismo Comunitário: Afirmado Identidades e Construindo Sustentabilidade (Zona Costeira do Ceará, CE.)	✓
05	Turismo Comunitário e Solidário no Assaré do Patativa (Assaré, CE.)	✓
06	Outro Turismo Acontece: Turismo solidário e cultura popular nordestina (Maxaranguape, RN.)	X
07	Ecoturismo Base Comunitária no Pólo Tapajó (Santarém, PA.)	✓
08	Fortalecendo o turismo de base comunitária na Resex do Rio (Barcelos, AM.)	X
09	Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá (Curuçá, PA.)	X
10	Guardiões do Pantanal (Barão de Melgaço, MT)	✓
11	Nossa Terra Nossa ArteVila (Velha, ES)	X
12	Implantação do Turismo de Vilarejo no Distrito de Cuiabá (Gouveia, MG.)	✓
13	O Povo do Aventureiro: Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária (Angra dos Reis, Ilha Grande, RJ)	✓
14	Reviver Paquetá (Rio de Janeiro, RJ.)	✓
15	Fortalecimento do turismo de base comunitária na conservação de memórias de vidas de comunidades tradicionais e preservação da biodiversidade em comunidades de Rio Sagrado: interconectando turismo comunitário e redes de comércio justo (Morretes, PR)	✓
16	Estruturação do Roteiro Caminhos Rurais (Porto Alegre, RS.)	✓
17	Destino Referência em Turismo Rural de Base Comunitária (Santa Rosa de Lima, SC.)	✓
18	Saberes e Fazeres Artesanais das Mulheres Rurais de Joinville (Joinville, SC.)	✓

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Do total de dezoito experiências TBC investigadas nessa pesquisa, apenas cinco delas não conseguiram se manter em atividade, e dentre as cinco regiões contempladas, a região Sul se destacou pela quantidade de experiências em atividade, uma vez que as quatro experiências de TBC analisadas nessa região continuam ativas.

Nas experiências de TBC investigadas no presente artigo, os principais órgãos de fomento ao desenvolvimento do TBC são as ONG's, associações, cooperativas, lideranças comunitárias, universidades, instituições públicas e OSCIP (Organização da sociedade civil de interesse público).

Após a fase inicial dos projetos de TBC, a presença desses agentes indutores também pôde ser identificada durante o processo de monitoramento, e esta presença tem sido de fundamental importância para estas experiências e iniciativas.

O quadro a seguir (02) traz informações sobre as experiências de TBC analisadas nessa pesquisa e mostra a relação da presença do agente indutor com a continuidade das experiências de TBC.

Quadro 02:Relação do Agente indutor com a continuidade das experiências de BC

Experiência	O TBC se encontra em atividade	Agente indutor permanece
01	X	X
02	✓	X
03	✓	✓
04	✓	✓
05	✓	✓
06	X	X
07	X	X
08	✓	✓
09	X	X
10	✓	✓
11	X	X
12	✓	✓
13	✓	✓
14	✓	✓
15	✓	✓
16	✓	X
17	✓	✓
18	✓	✓

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

No que diz respeito ao processo de monitoramento do TBC, vimos que em boa parte das experiências estudadas a sua realização se dá por meio de reuniões entre os líderes comunitários, visitas em lócus, assessoria técnica, consultoria e avaliação das dificuldades e avanços.

Foi verificado também que a presença dos agentes indutores representa a continuidade das experiências de TBC no que diz respeito ao processo de assessoria técnica e auxílio ao desenvolvimento nas experiências de TBC. De certo modo, a

continuidade dessa assessoria técnica se justifica pela carência de formação dos membros das comunidades em relação à atividade turística.

Na maioria dos casos investigados (84,61%), a continuidade dos projetos de TBC está ligada a permanência do agente indutor, uma vez que, das dezoito experiências analisadas, viu-se que apenas duas delas conseguiram se manter em atividade mesmo após a saída do agente indutor.

Além da permanência do agente indutor nas experiências turísticas analisadas no presente artigo, foi identificada algumas dificuldades que levaram a não continuidade de algumas delas, como a viabilidade comercial, áreas de difícil acesso, políticas públicas, escassez de recursos e entraves de comunicação.

No entanto, apesar da presença do agente indutor representar uma possibilidade de continuidade de muitos projetos e iniciativas de TBC, também pode ser notada a criação de uma dependência por parte da comunidade em relação a esses agentes indutores o que Blackstock (2005) sinaliza também em seus estudos.

Além disso, nas experiências de TBC onde o principal agente indutor são os membros da própria comunidade, como por exemplo, no caso das experiências que são dirigidas pelas associações ou cooperativas, apesar da existência de conflitos e da divergência de interesses, elas permanecem na comunidade e continuam a desenvolver o TBC.

No entanto, para os responsáveis de alguns projetos de TBC que possuem pouca formação e o acesso à recursos financeiros são mais difíceis, como no caso do projeto “Tecendo Redes de Turismo Solidário” do Rio de Janeiro, representado pela senhora Elisete Napoleão (liderança comunitária), as exigências não foram cumpridas e conseqüentemente o projeto foi desclassificado.

5. Conclusões / Considerações Finais

A partir da necessidade do surgimento de novos modos de organização da atividade turística, surge então o Turismo de Base Comunitária. Assim como acontece em muitos países em desenvolvimento, o turismo muitas vezes é apontado como um meio para o desenvolvimento local. No Brasil, o Ministério do Turismo (MTur) foi responsável por uma ação de fomento a experiências de TBC no momento em que lançou um edital para apoiar essas iniciativas. Apesar da ação do MTur representar um importante passo para o desenvolvimento dessas experiências de TBC, foi verificado que nem todas as iniciativas que receberam recursos conseguiram se manter em atividade, por uma série de dificuldades e que a presença do agente indutor nessas iniciativas é um fator que demonstrou contribuir para a continuidade dessas experiências.

Além disso, após o ano de 2008, foi verificado que não houve nenhuma ação efetiva por parte do MTur tanto em relação a manutenção destas experiências, quanto em relação ao desenvolvimento de políticas públicas que permitissem o desenvolvimento de outras iniciativas de TBC.

Assim, o edital do MTur recebeu duras críticas em relação as determinações feitas para a formalização do convênio, com o preenchimento dos dados por meio do acesso ao SICONV (sistema de convênios), que exigiu muito conhecimento do sistema por parte dos proponentes e principalmente em relação às burocracias relativas a documentações.

No intuito de atender às exigências impostas pelo MTur, para o preenchimento de dados e prestação de contas via SICONV, os responsáveis por algumas das propostas

selecionadas precisaram custear a contratação de consultorias (caras) para não serem desclassificados.

A partir desse cenário se tornou evidente o quão confuso é a iniciativa do MTur, tendo em vista que o TBC é um modo de organização da atividade turística que visa o desenvolvimento em escala local por meio da participação comunitária, quando na verdade, as exigências realizadas por esse órgão levantam mais uma vez a necessidade da presença do agente indutor como principal responsável pelo direcionamento da comunidade no que diz respeito ao processo de elaboração de projetos e captação de recursos.

Mielke (2009) aponta alguns dos possíveis fatores associados ao insucesso dessas iniciativas, como o baixo acesso ao mercado, a governança insipiente, e ainda, questões de monitoramento. Para o autor, dada a complexidade dos projetos de TBC, o monitoramento é um processo fundamental no sentido de permitir a verificação de possíveis “gargalos” e as necessidades durante o processo de implementação, além disso, é preciso que esse monitoramento seja realizado desde a fase inicial do projeto, no intuito de otimizar os resultados. O acesso ao mercado é outra dificuldade apontada pelo autor, tendo em vista, que existe um distanciamento entre as comunidades e o mercado de uma forma geral.

Assim como a literatura do TBC aponta uma série de dificuldades para a continuidade das experiências de TBC, os dados dessa pesquisa nos permitiram verificar empiricamente a existência delas no contexto brasileiro, e ainda, que estas dificuldades podem ser acentuadas, e que podem variar de acordo com a conjuntura na qual são desenvolvidas.

Os dados apresentados neste artigo são relevantes, uma vez que mostram a realidade das experiências de TBC que receberam recursos públicos significativos e mesmo assim não conseguiram se manter em atividade após o período de financiamento, ou com a saída do agente indutor.

Por isso, se faz necessário atentar para questões cruciais no momento de implementação dessas experiências, em especial na fase inicial como o planejamento, o diagnóstico de viabilidade econômico, estabelecimento de parcerias estratégicas, o monitoramento, tendo em vista que estas ações são fundamentais a viabilização e continuidade da atividade.

Nesse sentido, é importante que sejam realizados novos estudos que busquem o aprofundamento nas questões relativas ao desenvolvimento de experiências de TBC em diferentes contextos, e, além disso, por ser tratar de um tema relativamente novo, o TBC apresenta uma diversidade de aspectos conceituais que ainda não foram discutidos e que precisam ser levados em consideração no intuito de promover uma relação coerente que facilite o entendimento das particularidades desse modo de organização da atividade turística.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo (Edição revista e actualizada)**. Lisboa: Edições, v. 70, 2009.
- BLACKSTOCK, K. **A critical look at community based tourism**. Community Development Journal, volume 40, número 1, pp. 39-49, 2005.

- FABRINO, N; COSTA, H; NASCIMENTO, E. **Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade.** Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 5, n. 03, 2012.
- FABRINO, N. **Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e da prática aos conceitos.** Dissertação. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013, p.24.
- FUZZI, L. **O que é a Pesquisa de Campo? [Blog] Metodologia Científica,** 29 Mar. 2010 Disponível em < <http://profludfuzzimetodologia.blogspot.com.br/2010/03/o-que-e-pesquisa-de-campo.html>> Acesso em: 05 Jul. 2016.
- GASCON, J. The limitations of community-based tourism as na instrument of development cooperation: **the value of the Social Vocation of the Territory concept.**Journal of Sustainable Tourism, 21 (5), 716- 731, 2013.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª Edição, São Paulo: Atlas, 2010.
- IRVING, M de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. **Inovar é possível.** In: BARTHOLO, R; SANZOLO, D; BURSZTYN, I. (orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
- MIELKE, E. **Monitoramento dos Projetos de Turismo Base Comunitária.**Relatório final. UERJ, 2011.
- MIELKE, E. e PEGAS, F. **Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão.** Revista Turismo em Análise. vol. 24, n. 1, p. 170-189. 2013
- MITCHELL, J. e MUCKOSY, (2008) **A misguided quest: Community based tourism in Latin America.** Overseas Developmens Institute. Londres.
- MITRAUD, S. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** Brasília: WWF-Brasil, 2003.
- MTUR. **Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur/nº 001/2008 - Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária,** Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- MTUR. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** 2009.
- NASCIMENTO, T. GÓMEZ, C. **O protagonismo no Turismo de Base Comunitária.** In: CONIC, Congresso Nacional de Iniciação Científica, 23º, 2016, Recife-PE. Anais do 23º Congresso Nacional de Iniciação Científica. UFPE, 2016.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Recife: Bagaço, 2005.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- OZORIO, R; PERALTA, N; VIEIRA, F. **Ecoturismo de base comunitária na Amazônia: uma análise comparativa.** Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, v. 7, n. 1, p. 3 a 4, 2012.
- SAMPAIO, et al. **Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. V.8, 2014.
- ZAPATA, M. et al. Can community-based tourism contribute to development and poverty alleviation? Lessons from Nicaragua. **Current Issues in Tourism,** v. 14, n. 8, p. 725-749, 2013.